

Panorama

ECONÔMICO



Enfim, um começo

A apresentação do programa de metas gerais para a economia brasileira nos próximos quatro anos foi o fato mais importante desta semana (Panorama Econômico, 30/3). O Presidente José Sarney dedicou grande parte de sua agenda para elaborar o programa e o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, quinta-feira, reuniu-se com a bancada do PMDB na Constituinte e expôs os principais pontos do plano. O documento "O Financiamento do Desenvolvimento Econômico no Período 1987-1991" servirá de base para as conversas que Funaro e o Presidente do Banco Central, Francisco Gros, terão com os credores internacionais na negociação da dívida externa.

Em meio às cobranças generalizadas de que o Governo deve se definir, o documento, se lido com atenção e sem preconceitos, representa um bom começo. Parlamentares do PMDB que se reuniram com o Ministro Funaro desviaram-se das questões centrais e cobraram medidas de varejo, talvez menos preocupados com o conjunto dos problemas econômicos, entre os quais destaca-se a dívida externa, e mais com seu eleitorado particular. Até o Senador Fernando Henrique Cardoso fez coro com os que pedem um programa econômico, na mesma direção do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen.

A cada dia um empresário ou associação empresarial faz o mesmo, mas, em geral, ninguém acrescenta sugestões significativas. A reunião de Sarney com empresários há duas semanas foi marcada por contradições e por demandas setoriais. "Cada um imagina o plano de seus sonhos, o plano que gostaria para si mesmo, para seus interesses, para seus negócios particulares, mas não tem um plano geral. O nosso está aí", disse a esta coluna um dos formuladores do documento governamental.

De outro lado, é importante ressaltar que a cobrança de um plano por parte dos credores externos (Panorama Econômico, 3/4 e 4/4) significa mais a intenção de modificar radicalmente a atual política econômica e a apostar na queda do Ministro Funaro e de sua equipe. Nesse sentido, é preciso perguntar: Mudanças em que direção? Uma nova política econômica para servir a quais interesses? A troca do Ministro Funaro por outro que encarne qual políti-

ca? As metas gerais do governo do Presidente José Sarney de redistribuir a renda, de promover o crescimento e de modificar os rumos da negociação da dívida externa ferem muitos interesses. A fragilidade do atual governo reside menos nessas metas e mais na falta de apoio político. As reuniões de Funaro com o PMDB na quinta-feira (Panorama Econômico, 2/4) e de Sarney com representantes de trabalhadores neste sábado buscam esse respaldo político.

Uma medida importante, que faz parte do conjunto de metas apresentado pelo Governo na semana que passou, foi a liberação geral dos preços, reivindicada à exaustão pelos empresários. Segundo o documento do Governo, "a premissa básica que sustenta o novo conjunto de regras é a necessidade de uma maior liberdade na formação dos preços privados. Isto tem como objetivo, por um lado, remover as distorções que se acumularam no alinhamento dos preços relativos e, por outro, garantir a capacidade de auto-financiamento do setor privado". O Governo cria uma espécie de gatilho nos preços (Panorama Econômico, 31/3) e, importante, estabelece uma auditoria independente que deverá emitir pareceres sobre os dados apresentados pelas empresas ao CIP para justificar seus aumentos de preços.

Nesse quadro, o Ministro Funaro também anunciou a manutenção do gatilho salarial (Panorama Econômico, 31/3). Tudo vai na direção de indexar preços e salários para deter a corrida entre os dois fatores reiniciada desde o Cruzado 2. Terminou a greve dos bancários, que foi um bom indicador dessa corrida, e prevaleceu a estratégia dos banqueiros privados de esperar um acordo no Banco do Brasil para terminar com o movimento (Panorama Econômico, 1/4). A importante categoria dos metalúrgicos do ABC optou pelo acordo com os empresários e não fez greve, o que é um sinal de que o processo de paralisações pode ser revertido. Na semana passada continuaram os aumentos de preços: pão, leite, removedores, sapólios e fertilizantes. Os preços dos aços planos também foram reajustados, dentro da estratégia geral de realinhamento dos preços públicos, que também é uma importante decisão que faz parte do programa apresentado.

PROJEÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS REAIS AO EXTERIOR

1987-1991

(US\$ BILHÕES)

Discriminação	1987	1988	1989	1990	1991	média 1987/91
1 — Saldo comercial	8,0	8,9	9,5	10,2	11,0	9,5
2 — Serviços não fatores (A) (liq.)	1,0	1,3	1,5	1,6	1,7	1,4
3 — Transferência de recursos reais (1+2)	7,0	7,6	8,0	8,6	9,3	8,1
Transferência de recursos reais/PIB (em %)	2,4	2,4	2,3	2,2	2,2	2,3

A) Fretes, seguros, viagens internacionais e outros.

Fontes: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

Limitar a transferência líquida de recursos para o exterior é um dos objetivos centrais do governo. O documento "O Financiamento do Desenvolvimento Econômico no Período 1987-1991", do Ministério da Fazenda, mostra que essa transferência cresceu desde 1980, com a alta dos juros e, desde 1982, com a interrupção do fluxo de recursos externos. Nos últimos quatro anos, o Brasil transferiu liquidamente US\$ 34 bilhões para o exterior, o que significou uma transferência anual de recursos reais equivalente a 4,1% do PIB em média, no período 1983-1986. Em termos de porcentagem do PIB é o dobro do que a Alemanha transferiu entre 1925 e 1932 por conta das reparações impostas depois da Primeira Guerra Mundial. Essa trans-

ferência absorveu nos últimos três anos mais de 20% da poupança interna bruta, definida como a diferença entre o PIB e o consumo agregado. O governo pretende reduzir em cerca de metade a parcela de poupança bruta transferida para o exterior para complementar o esforço de poupança interna e garantir o crescimento da economia. Os planos do governo, com base em um nível adequado de financiamento externo, projetam saldos comerciais que aumentarão dos US\$ 8 bilhões em 1987 a US\$ 11 bilhões em 1991. O saldo comercial projetado manterá a transferência média de recursos reais em torno de US\$.8 bilhões ao ano, cerca de 2% a 2,5% do PIB, em contraste com a média de 4,1% dos últimos três anos.

Ricardo Moraes